



ESTUDOS PRELIMINARES

Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o serviço de emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrado, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard, visita para validação e emissão de certificados digitais, fornecimento de dispositivo criptográfico (token) para armazenamento de certificados digitais.



1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Objetivando a continuidade da expansão do uso do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), dos projetos “Processo Administrativo Digital”, “Protocolo Integrado”, “Devolução Eletrônica de Mandados” e “Alvará Eletrônico” existentes no Sistema Libra, bem como da renovação gradativa de certificados digitais com validade vencida, faz-se necessária a aquisição de certificados digitais para garantir a identificação legal e inequívoca, no âmbito da rede mundial de computadores, do TJPA, magistrados e servidores que praticam atos e tramitações em documentos e sistemas do Poder Judiciário do Pará.

Os sistemas que fazem parte da modernização do Judiciário nacional exigem que o magistrado ou servidor, bem como os documentos gerados por estes, tenham a sua autenticidade comprovada. Essa comprovação é garantida mediante o uso de Certificados Digitais Cert-JUS e e-CPF do tipo A3, de uso individual, que só funcionam armazenados em mídias criptográficas.

Atendimento das demandas existentes bem como das já previstas de uso de certificado digital para os sistemas judiciais (Libra, PJe e PJeCor), autenticação no Controlador de domínio (Active Directory) da plataforma Microsoft, bem como demais sistemas que necessitem deste serviço.

Além disso, cumpre o atendimento das demandas de Magistrados e assessores quanto ao uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais. (Infojud, Renajud, Serasajud e PJe - CNJ).

Outrossim, proporciona recursos de segurança do Poder Judiciário do Estado do Pará, na comunicação com demais integrantes do Poder Judiciário no território nacional, através do Malote Digital e perante os órgãos de receita federais e estaduais, e-Social, Conectividade Social ICP - FGTS da Caixa Econômica Federal e outros serviços, que requeiram o uso de tal certificado para comunicações digitais/assinaturas.

As demandas citadas acima seriam para atender aproximadamente o quantitativo de Certificados Cert-Jus e e-CPF A3, que expiram até maio de 2024, sem contar com o ingresso de novos magistrados/servidores, segunda via gratuita ou novas solicitações de usuários que ainda não possuem.

1.2. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A solução está devidamente alinhada com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (PEI) 2021-2026, na iniciativa estratégica de aprimoramento do domínio de Serviços de TIC, e com a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026, no eixo de aprimoramento da Segurança da Informação e Gestão de Dados.

1.3. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS

a) Estimativa das quantidades

	Itens	Quantidade	2021	2022	2023	2024
1	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 (validade de 3 anos) para magistrados	400	10,29%	59,14%	19,14%	11,43%
2	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos)	4500	24,01%	41,81%	28,38%	5,8%



3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)	5	0%	25%	25%	50%
4	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do tipo A1 12 meses	4	25%	25%	25%	25%
5	Visita para validação e emissão de certificados digitais	10	25%	25%	25%	25%
6	Mídia criptográfica (Token)	3000	25%	40%	30%	5%

Os dados acima foram lançados levando em consideração o quantitativo de certificados a vencer de julho de 2021 até maio de 2024 (sem contar a admissão de novos magistrados/servidores).

Apesar da ATA ter validade um ano, estimou-se o uso para atender a demanda de quatro anos.

b) Soluções disponíveis no mercado de TIC e seus respectivos fornecedores

No caso em tela, entendemos que não cabe análise de outros produtos disponíveis no mercado, uma vez que a Certificação Digital segue regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associando uma entidade a um par de chaves criptográficas, o que confere a solução de caráter único para atendimento das demandas de acesso aos serviços que requeiram o uso do certificado.

Atendendo ao objetivo de identificar legal e inequivocamente, no âmbito da rede mundial de computadores, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Certificação Digital segue regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associando uma entidade a um par de chaves criptográficas, o que confere a solução de caráter único para atendimento das demandas do processo de modernização do poder judiciário.

No processo de emissão do certificado digital é necessário que o solicitante se encaminhe a uma Autoridade de Registro (AR) da Autoridade Certificadora (AC) e realize a validação presencial ou por vídeo conferência para aprovação do certificado e posterior emissão na mídia criptográfica ou em arquivo.

Modelo	Certificados digitais da cadeia AC-JUS A3 para magistrado
Fornecedor	Soluti/Digisec/Objectti/Serasa/Certisign
Modelo	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 5 anos)
Fornecedor	Soluti/Digisec/Objectti/Serasa/Certisign
Modelo	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)
Fornecedor	Soluti/Digisec/Objectti/Serasa/Certisign



Modelo	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do tipo A1 12 meses		
Fornecedor	Soluti/Globalsign		
Modelo	Safenet-Gemalto Etoken 5110	Starsign Crypto GD Burti	
Fornecedor	Soluti/Digisec/Objectti/ Serasa/Certisign/	Serasa/Certisign	

As visitas técnicas para validação e emissão estão atreladas ao certificado e poderão realizadas pelos mesmos fornecedores dos modelos dos certificados AC-JUS para magistrado, e-CPF e e-CNPJ, motivo pelo qual este item não está no quadro acima.

c) Contratações públicas similares

Utilizando-se a ferramenta de pesquisa “Banco de Preços”, localizada no sítio web www.bancodeprecos.com.br, a qual permite consultar pregões eletrônicos realizados pelo sistema do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal (COMPRASNET) foram identificadas as seguintes contratações públicas similares:

1	Identificação	NºPregão:12021 / UASG:80026
	Órgão	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho 24ª Região/MS
	Objeto	Registro de preços para eventual prestação de serviços de emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de dispositivos Tokens USB para armazenamento de certificado digital.
	Fornecedor	RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI
2	Identificação	NºPregão:972021 / UASG:987493
	Órgão	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
	Objeto	Formação de registro de preços com vistas à futura e eventual contratação de serviços de Certificados Digitais, contemplando dispositivos TOKENS USB para armazenamento de certificado digital com garantia técnica.
	Fornecedor	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
3	Identificação	NºPregão:132020 / UASG:972002
	Órgão	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
	Objeto	Registro de preço para futura e eventual contratação de serviço de certificação digital para os servidores e para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT e Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso MPC/MT, dentro das especificações e normas ICP-Brasil, incluindo o fornecimento de dispositivos para armazenamento de certificados digitais (smart



		card) do tipo A3 e A1 para e-CPF e e-CNPJ, com visitas técnicas sem custo extra para o atendimento.
	Fornecedor	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A
4	Identificação	NºPregão:392020 / UASG:40003
	Órgão	Conselho Nacional de Justiça
	Objeto	Contratação de serviços de emissão de Certificados Digitais no padrão ICP-Brasil para pessoas físicas e jurídicas, incluindo visitas e dispositivos tokens USB para armazenamento de certificado digital, conforme condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.
	Fornecedor	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A
5	Identificação	NºPregão:62020 / UASG:925781
	Órgão	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
	Objeto	Aquisição de certificados digitais para pessoa física tipo A3, com os respectivos tokens, para armazenamento do certificado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
	Fornecedor	OBJECTTI SOLUCOES LTDA

Na tabela abaixo destacamos as contratações e os valores unitários de cada item. Trata-se de mero referencial de preço, sendo necessário a pesquisa de mercado para obtenção dos custos da solução, pois as quantidades não são as mesmas que o Tribunal necessita. Cabe destacar que não foi encontrada contratação similar para o item 4.

ITEM	CONTRATAÇÕES “SIMILARES” (VALOR UNITÁRIO)					MÉDIA
	1	2	3	4	5	
1	R\$38,90		-			-
2	-	R\$39,00				
3	-		R\$33,33			-
4		-				
5	-			R\$5,00		-
6					R\$25,00	

d) Requisitos do objeto

O processo aqui pretendido destina-se ao registro de preços para contratação de empresa especializada para o serviço de emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrados, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard, visita para validação e emissão de certificados digitais e o fornecimento de dispositivo criptográfico (token) para armazenamento de certificados digitais e deverá considerar os seguintes requisitos básicos nos itens abaixo.



CERTIFICADO DIGITAL DA CADEIA AC-JUS A3 (VALIDADE DE 3 ANOS) PARA MAGISTRADOS:

- Certificado digital do tipo A3, padrão AC-JUS ICP-Brasil, para magistrados com prazo de validade de 03 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Deve permitir a validação presencialmente e por Vídeo Conferência.

CERTIFICADO DIGITAL e-CPF A3 (VALIDADE DE 3 ANOS):

- Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 03 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Deve permitir a validação presencialmente e por Vídeo Conferência.

CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA DO TIPO A1 (e-CNPJ):

- Certificado digital do tipo A1 para pessoa jurídica, padrão AC-JUS ICP-Brasil, com prazo de validade de 1 (um) ano;
- Deve permitir a utilização para os casos a seguir: conectividade social/ICP (recolhimento FGTS), Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), Central de Serviços da Receita Federal (e-CAC), ComprasNet, entre outras destinações;
- Deve permitir a validação presencialmente e por Vídeo Conferência.

CERTIFICADO DIGITAL INTRANET WILDCARD PARA SERVIDORES WEB:

- Protege hierarquias RSA 2048 bit e ECC 256 bit;
- Opções de assinatura com algoritmos SHA-1 ou SHA-256
- Proteger até 500 SANs, incluindo nomes de servidores internos, domínios, subdomínios, Wildcard e endereços de IP;
- A opção de licenciamento da SAN deve permitir até um número especificado de SANs únicas no inventário de certificados, permitindo que se forneça um certificado de avaliação ou de curto prazo sem afetar o resultado final;
- Emissão instantânea a partir da plataforma de gestão de certificados da contratada;
- Suporte para períodos de validade mais longos do que o permitido em raízes públicas (até 5 anos);
- Reemissão quantas vezes desejar dentro do período de validade sem custo adicional;
- AutoCSR opcional – onde a contratada cria as chaves e o CSR para o contratante;
- Licença de servidor ilimitada – pode ser instalado em quantos servidores se desejar sem custo adicional;



- Ser reconhecido por todos os navegadores web que suportem certificados SSL/TLS - dentre eles, os browsers Microsoft Internet Explorer a partir da versão 11, Mozilla Firefox a partir da versão 52.2, Google Chrome a partir da versão 59 e Apple Safari - sem a necessidade de nenhuma intervenção manual do usuário ou instalação de cadeias adicionais;
- Compatível com dispositivos móveis, celulares, smartphones e tablets;
- Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado;
- Garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão do mesmo;
- Validade mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua emissão.

VISITAS PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS:

- O serviço compreende a realização de visita técnica com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais do Tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ) e do Tipo A3 para pessoa física (Cert-Jus e e-CPF);
- As visitas para as emissões dos certificados digitais A3 poderão ser realizadas nas dependências do órgão na capital e nas outras 111 comarcas do TJPA. Também poderão ser utilizados postos de atendimentos em outras localidades, no caso da contratada possuir infraestrutura disponível;
- Deverão ser emitidos, no mínimo, 10 (dez) certificados digitais por visita no caso de emissões de certificados nas sedes dos órgãos do Judiciário, independentemente do quantitativo de profissionais da CONTRATADA envolvidos na prestação do serviço;
- As visitas dos representantes da CONTRATADA aos locais, para emissão de certificados nas dependências da CONTRATANTE, será feita sob demanda, estando essa obrigada a encaminhar o quantitativo de certificados (usuários) que serão contemplados, bem como o período, em dias e em horas, em que se dará a prestação do serviço;
- As visitas deverão ocorrer no período das 08h às 16h, em dias úteis, devendo os trabalhos, para efeito de cômputo, iniciarem exatamente às 08h da manhã (oito horas por visita);
- Não serão computadas as horas em que ocorrerem problemas de qualquer ordem (problemas nos equipamentos da CONTRATADA, interrupções das atividades inerentes à certificação por meio da internet, cuja responsabilidade não seja deste Tribunal, ausência temporária dos representantes etc.);
- A visita para emissão de certificados para magistrados e servidores, em caso de necessidade, poderá ser realizada individualmente;
- O TJPA proverá espaço físico para realização das visitas e o acesso à Internet;
- A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser sanada pela contratada;



- O prazo para atendimento, depois da notificação junto à CONTRATADA, por qualquer meio, é de até 05 (cinco) dias úteis;
- A CONTRATADA deverá atender às solicitações por visitas locais somente quando realizadas pelos gestores/fiscais do contrato;
- Na impossibilidade de comparecimento do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local será considerado como prestado;
- Não será computada, como visita, o deslocamento dos magistrados e/ou servidores que não puderam comparecer nos locais disponibilizados pelo Tribunal, ou seja, casos estes se dirijam aos postos de atendimento da CONTRATADA por motivos, tais como: férias, licença saúde etc.

DISPOSITIVO CRIPTOGRÁFICO (TOKEN) PARA ARMAZENAMENTO DE CERTIFICADOS DIGITAIS:

- Chassi resistente à água e violação;
- Possibilitar o armazenamento de certificados digitais do tipo A3, da cadeia V5 AC JUS/ ICP-Brasil e e-CPF/ICP-Brasil;
- Possuir memória mínima de 72 (setenta e dois) KBytes;
- Permitir o armazenamento de no mínimo 3 (três) certificados digitais e seus pares de chaves, tamanho 2.048 bits SHA-2;
- Possuir, no mínimo, certificação para o nível 03 de segurança do padrão FIPS 140-2 (Federal Information Processing Standards Publications);
- O número de tentativas consecutivas de erro do PIN (código de acesso do usuário), bem como do PUK (código de acesso do administrador) deverá ser de no máximo 15 (quinze);
- Led com indicação de operação;
- O produto deverá ser entregue com solução de gerenciamento das funções básicas do token, para Windows 7 e versões superiores, Linux (kernels 2.4 ou superiores e estáveis) e Mac OS X 10.4 Tiger e versões superiores;
- Ser compatível com o programa gerenciador de token SafeNet Authentication Client 8.1 SP2(8.1.425.0) e versões posteriores, que permita a instalação em português e importação e exportação de certificado;
- Suporte padrão para aplicações usando PKCS#11;
- Disponibilizar driver para que os frameworks Java JCA e Java JCE se comuniquem em perfeita harmonia com a biblioteca PKCS#11 nativa do token, de tal forma que aplicações em Java possam utilizar qualquer das funcionalidades existentes no padrão PKCS#11 por meio dos frameworks Java JCA e Java JCE;
- Token criptográfico USB, homologado em conformidade com o padrão ICP-Brasil e constante na lista de homologação disponível no site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) segundo o link https://www.iti.gov.br/images/repositorio/legislacao/documentos-principais/04/DOC-ICP-04_-_Versao_7.0_-_;
- Total compatibilidade com os certificados digitais A3 para pessoas físicas e jurídicas;



- Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos, de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do TJPA;
- Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer a partir da versão 11, Mozilla Firefox a partir da versão 52.2, Google Chrome a partir da versão 59 e Apple Safari a partir da versão 3.2.1;
- Possuir conector USB, tipo A (macho), versão 1.0 (compatível com 2.0) ou superior;
- Permitir a conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
- Utilizar algoritmo simétrico 3-DES ou AES, com chaves de, no mínimo, 128 bits para cifrar as chaves privadas armazenadas;
- Utilizar algoritmo simétrico 3-DES com três chaves distintas (k1, k2 e k3);
- Utilizar algoritmo RSA/SHA-2 ou RSA/SHA-1 para geração de assinaturas;
- Possuir algoritmo simétrico AES, sua chave gerada por derivação, a partir de um código de acesso escolhido pelo titular do repositório;
- Possuir CSP – Cryptographic Services Provider para Windows (Windows 7 e versões superiores) e em conformidade com o padrão da CryptoAPI 2.0, da Microsoft (Windows 7 e versões superiores);
- Possuir biblioteca de objetos compartilhados em ambiente Linux (.so) e dynamics-link library (.dll) em ambiente Windows que implemente, em sua completude, o padrão PKCS#11 v2.0 ou mais recente;
- Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;
- Permitir a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o Certificado Store no ambiente Microsoft Windows 7 e versões superiores;
- Permitir personalização eletrônica através de parâmetro identificador interno (label);
- Permitir a gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459 (Request for Comments 2459);
- Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;
- Implementar mecanismo de autenticação tipo challenge-response;
- Avisar o titular do dispositivo, a cada vez que uma função for ativada, utilizando a sua chave privada. Nesse caso, deverá haver autenticação para liberar a utilização pretendida;
- Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;
- Permitir a exportação dos certificados armazenados na mídia;
- Importar os certificados em formato PKCS#7 para a área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315 (Request for Comments 2315);
- Importar os certificados em formato PKCS#12 para a área de armazenamento do dispositivo;
- Visualizar os certificados armazenados no dispositivo.



1.4. DIFERENTES SOLUÇÕES QUE ATENDAM AOS REQUISITOS

a) Disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública

Não existem outras soluções que atendam os nossos requisitos, motivo pelo qual é necessário fazer uma nova contratação ou registro de preços.

b) Soluções existentes no Portal de Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>)

Não se aplica por não se tratar de uma solução de software, a despeito de existir software envolvido no processo, a solução não envolve o desenvolvimento de um sistema para o atendimento da demanda.

c) Capacidade e as alternativas do mercado de TIC

Como solução mercadológica que venha a atender às necessidades deste TJPA, não se vislumbra outra que não seja a contratação de empresa especializada para o serviço de emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrado, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard, visita para validação e emissão de certificados digitais e fornecimento de dispositivo criptográfico (token) para armazenamento de certificados digitais.

d) Observância ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário

Não se aplica, pois trata-se de solução que não precisa observar as regulamentações estabelecidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

e) Aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)

Por se tratar de um registro de preços para contratação de empresa especializada para o serviço de emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard, visita técnica para validação e emissão de certificados digitais e fornecimento de dispositivo criptográfico (token) para armazenamento de certificados digitais, a contratação é plenamente aderente à legislação vigente e normas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

f) Observância ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (More-Jus)

A natureza do objeto não é compatível com o modelo de requisitos em questão pois não se trata de sistema informatizado.

g) Orçamento estimado

Considerando o mapa de preços, temos que o valor máximo do registro de preço será de R\$1.326.376,67 (Um milhão, trezentos e vinte e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

1.5. ANÁLISE E COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS TOTAIS DAS OPÇÕES IDENTIFICADAS E A APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

Foi realizada a média de preço entre as propostas enviadas e as atas de registro de preço vigentes para a formação de preço médio, conforme tabela resumida abaixo e tabela detalhada em anexo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

ITEM	Descrição	QTD	Pregão:1202 1 / UASG:80026	PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA DIGISEC	PROPOSTA CERTISIGN	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
1	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 (validade de 3 anos) para magistrados	400	R\$ 38,90	R\$ 330,00	R\$ 345,00	R\$ 330,00	R\$ 260,98	R\$ 104.390,00
TOTAL								R\$ 104.390,00
ITEM	Descrição	QTD	Pregão:9720 21 / UASG:98749 3	PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA SAFEWEB	PROPOSTA CERTISIGN	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
2	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos)	4500	R\$ 39,00	R\$ 330,00	R\$ 250,00	R\$ 252,00	R\$ 206,33	R\$ 928.500,00
TOTAL								R\$ 928.500,00
ITEM	Descrição	QTD	Pregão:1320 20 / UASG:97200 2	PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA OBJECTTI	PROPOSTA CERTISIGN	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)	5	R\$ 33,33	R\$ 230,00	R\$ 250,00	R\$ 240,00	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
TOTAL								R\$ 1.200,00
ITEM	Descrição	QTD	Pregão:3920 20 / UASG:40003	PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA DIGISEC	PROPOSTA OBJECTTI	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
5	Visita para validação e emissão de certificados digitais	10	R\$ 5,00	R\$ 140,00	R\$ 160,00	R\$ 150,00	R\$ 101,67	R\$ 1.016,67
TOTAL								R\$ 1.016,67
TOTAL GERAL LOTE 1								R\$ 1.035.106,67
ITEM	Descrição	QTD		PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA DIGISEC	PROPOSTA OBJECTTI	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
4	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do tipo A1 12 meses	4		R\$ 610,00	R\$ 650,00	R\$ 680,00	R\$ 630,00	R\$ 2.520,00
TOTAL								R\$ 2.520,00
ITEM	Descrição	QTD	Pregão:6202 0 / UASG:92578 1	PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA DIGISEC	PROPOSTA OBJECTTI	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
6	Mídia criptográfica	3000	R\$ 25,00	R\$ 110,00	R\$ 120,00	R\$ 130,00	R\$ 96,25	R\$ 288.750,00
TOTAL								R\$ 288.750,00
TOTAL								R\$ 1.326.376,67

Considerando o mapa de preços, temos que o valor máximo do registro de preço será de R\$1.326.376,67 (Um milhão, trezentos e vinte e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos).



1.6. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação interdependente é adesão a ata de dispositivos para armazenamento criptográfico, que se faz necessária juntamente com os itens 1, 2 e 3 do objeto principal desta contratação para a prestação do serviço no caso de sistemas internos e externos ao Tribunal e que requeiram o uso da certificação como imprescindível para o acesso ou assinatura de documentos.

1.7. ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

O registro de preços de para Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o serviço de emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrado, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard, visita para validação e emissão de certificados digitais e fornecimento de dispositivo criptográfico (token) para armazenamento de certificados digitais atendem a uma necessidade dos sistemas integrantes do processo de modernização do poder judiciário – “Processo Administrativo Digital”, “Protocolo Integrado”, “Devolução Eletrônica de Mandados” e “Alvará eletrônico”, existentes no Sistema Libra, PJe e PJecor, bem como o uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais (Infojud, Renajud, Serasajud e PJe – CNJ) – que garantem ao magistrado e ao servidor, assim como todos os documentos gerados por estes, o não repúdio de suas atividades e a autenticidade mediante o uso dos certificados digitais Cert-JUS e e-CPFdo tipo A3.

Outrossim, proporciona recursos de segurança do Poder Judiciário do Estado do Pará, na comunicação com demais integrantes do Poder Judiciário no território nacional, através do Malote Digital e perante os órgãos de receita federais e estaduais, e-Social, Conectividade Social ICP - FGTS da Caixa Econômica Federal e outros serviços, que requeiram o uso de tal certificado para comunicações digitais/assinaturas.

Além disso, o CNJ sinalizou na resolução 90 em seus artigos 6º, IV, que os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional e segurança da informação oferecendo suporte à certificado digital padrão ICP-Brasil. Desta forma, é determinante a necessidade da aquisição de novos certificados digitais, além da renovação constante dos que estão próximos do vencimento ou que já tenham expirado sua validade.

Art. 6º Os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, gestão documental, interoperabilidade e outros que venham a ser recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ. (Redação dada pela Resolução nº 136, de 13.07.11)

§ 1º As novas aplicações de sistemas de automação de procedimentos judiciais deverão:

I - ser portáteis e interoperáveis;

II - manter documentação atualizada;

III - ser homologadas antes de entrar em produção;

IV - oferecer suporte para assinatura baseado em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

a) Descrição do objeto

Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o serviço de emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrado, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard, visita para validação e emissão de certificados digitais, fornecimento de dispositivo criptográfico (token) para armazenamento de certificados digitais.



b) Alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos

A demanda objeto deste Estudo Preliminar encontra consonância com o Plano de Gestão do Biênio 2019-2021, Ação 11.3: APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;

c) Objetivos com a contratação

- 1 - Prover Infraestrutura de TIC apropriada às demandas judiciais e administrativas;
- 2 - Aprimorar a segurança da informação;
- 3 - Primar pela satisfação dos usuários;

d) Benefícios a serem alcançados com a solução escolhida

Segurança.

Aumentar o nível de segurança das informações e da rede do TJPA, tanto interna quanto externamente ao Órgão.

Economicidade.

Minimizar/eliminar o fluxo de papel atualmente presente no TJPA e, por conseguinte, baixar os custos dos processamentos administrativos, consoante previsto no Planejamento de Gestão do TJPA para o biênio 2019-2021.

Eficiência.

Garantir a utilização de assinaturas digitais elevando-se, assim, o grau de segurança na tramitação dos documentos nos sistemas existentes.

e) Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens/serviços a serem contratados

Levou-se em consideração a quantidade de certificados a vencer de julho de 2021 até maio de 2024, sem contar a possível entrada de novos magistrados/servidores.

Item	Descrição	Demanda Prevista	Quantidade de Serviços	Crítérios de Aferição da Quantidade	Documentos e outros Meios Probatórios
1	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 (validade de 3 anos) para magistrados	400 até o maio de 2024	400 certificados AC-JUS A3 para magistrados.	Certificados a vencer no período.	Planilha de Controle da Certificação no sharepoint
2	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos)	4500 até o maio de 2024	4500 certificados e-CPF A3	Certificados a vencer no período.	Planilha de Controle da Certificação no sharepoint
3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)	5 para o período de 60 meses	5 certificados e-CNPJ A1	Foi considerada a quantidade de certificados contratados e a validade de 1 ano de cada um deles.	Baseado na validade de 1 ano de cada certificado.



4	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do tipo A1 12 meses	4 para o período de 48 meses	4 Certificados Intranet Wildcard emitidos	Foi considerada a quantidade de certificados emitidos no período de 4 Anos.	Baseada na quantidade de certificados emitidos no período de 4 Anos.
5	Visita para validação e emissão de certificados digitais	10 até o maio de 2024	10 visitas para validação e emissão de certificados	Certificados a vencer em comarcas do interior onde não existirem posto de atendimento, magistrados/servidores com dificuldade de locomoção.	Planilha de Controle da Certificação no sharepoint e na possibilidade de validação e emissão de vídeo conferência
6	Mídia criptográfica (Token)	3000 até o maio de 2024	3000 mídias criptográficas	Certificados a vencer no período e mídias remanescentes de contratações anteriores.	Quantidade de certificados a contratar retirando o quantitativo de mídias restantes.

1.8. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não haverá necessidade de adequação ao ambiente pois toda a infraestrutura necessária será provida pelo TJPA.

- a) **Infraestrutura tecnológica;**
Será provida pelo TJPA.
- b) **Infraestrutura elétrica;**
Será provida pelo TJPA.
- c) **Logística de implantação;**
Não se aplica.
- d) **Espaço físico;**
Será provido pelo TJPA.
- e) **Mobiliário;**
Será provido pelo TJPA.
- f) **Impacto ambiental.**
Não se aplica.

1.9. HISTÓRICO DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES NO TJPA

As 4 contratações anteriores são as que seguem: 046/2014 INPI-RJ com a empresa SOLUTI geradora do contrato 031/2015, ATA 58/2016 CNJ geradora do contrato 069/2016 com as empresas CERTISIGN (certificados digitais) e SOLUTI (token), a ARP 011/2020/TJPA referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020/TJPA com a empresa Digisec e adesão à ARP 24-2020 do TJTO com a empresa Objectti no item token.

Na formação da ARP com a Digisec existiram pedidos de esclarecimento e o item referente às mídias criptográficas fracassou devido ao aumento do dólar durante a pandemia de COVID-19.

As cotações foram feitas antes da pandemia e a licitação ocorreu durante a mesma, o que ocasionou o fato de as empresas não conseguirem chegar no preço estimado desse item que é fabricado fora do Brasil.

2. SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO



2.1. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

A Secretaria de Informática e a Divisão de Administração de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas acompanharão o contrato durante sua vigência.

Quanto aos recursos materiais, o Tribunal de Justiça Estadual do Pará proverá o espaço físico para a realização das visitas, infraestrutura elétrica, lógica e acesso à internet.

2.2. DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

Em caso de descontinuidade do serviço de emissão de certificado digital, além das devidas aplicações de penalidades nos termos contratuais, ressalvados o direito do contraditório e ampla defesa, será avaliada a necessidade de contratação direta, por meio de dispensa de licitação emergencial ou a Adesão de Ata Registro de Preços de outro Órgão, para a sustentação da continuidade do objeto.

Destaca-se que, na eventualidade de descontinuidade, o fornecimento pode ser realizado por qualquer Autoridade Certificadora que esteja subordinada à hierarquia do ICP-Brasil.

2.3. ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL E DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

As atividades de transição incluem, no mínimo:

a) Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação

Não se aplica, pois a Certificação Digital não é uma solução em que há desenvolvimento de software com versionamento.

b) Transferência final de conhecimentos

Não se aplica, pois se trata apenas de prestação de serviço de emissão de certificados e aquisição de produto do tipo token para armazenar os certificados.

c) Devolução de recursos materiais

Não se aplica, pois não haverá devolução de recursos materiais após serem adquiridos.

d) Revogação de perfis de acesso

Não se aplica, pois não serão definidos perfis de acesso.

e) Eliminação de caixas postais

Não se aplica, pois não serão criadas caixas postais.

2.4. REGRAS PARA ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA DO ÓRGÃO COM RELAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA

Devem contemplar no mínimo:

a) A forma de transferência de conhecimento tecnológico

Não se aplica, pois não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software.

b) Os direitos de propriedade intelectual e autorais da solução de tecnologia da informação e comunicação.

Não se aplica, pois não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software.

3. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. NATUREZA DO OBJETO

Trata-se de serviço de natureza continuada, uma vez que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da administração.



3.2. PARCELAMENTO DO OBJETO

Considerando que os itens do lote 1 não podem ser fornecidos por empresas diferentes devido ao fato dos serviços agrupados estarem intrinsecamente relacionados. Por praxe, o mercado atende a este requisito entregando tais serviços como uma solução indissociável de modo a ser fornecido por uma só empresa. Desta forma, assegura-se a eficiência no emprego dos recursos financeiros para a aquisição da solução pretendida.

Entendemos que os itens do lote 1 deverão estar agrupados no mesmo lote a fim de que sejam atendidos por uma única empresa.

Ademais os outros lotes, por não terem dependência com os itens do lote 1 poderão ser contratados por uma ou várias empresas, sobretudo para aumentar a concorrência e, conseqüentemente reduzir o preço das soluções.

Isto posto, o parcelamento será realizado segundo os itens do registro de preços do lote 1 que deverão ser adjudicados para um único fornecedor, enquanto os lotes 2 e 3 poderão ser adjudicados para fornecedores diferentes ou para o mesmo do lote 1.

LOTE	ITEM	SERVIÇOS
1	1	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 (validade de 3 anos) para magistrados
	2	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos)
	3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)
	5	Visita para validação e emissão de certificados digitais

LOTE	ITEM	SERVIÇO
2	4	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do tipo A1 12 meses

LOTE	ITEM	PRODUTO
3	6	Mídia criptográfica

3.3. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

A adjudicação será feita para a empresa que apresentar o menor valor para cada lote.

3.4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, a ser realizado através de pregão eletrônico.



3.5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores decorrentes dessa contratação foram previstos no Plano Orçamentário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, referente à Secretaria de Informática, vigente para o exercício de 2021 e no Plano de Contratações de Soluções de TIC para 2021. Os valores foram provisionados nas Notas de Reservas 2021/503, 2021/537 e 2021/572 (relacionadas às ações 8651, 8652 e 8653, fonte 0118, elemento de despesa 3.3.90.40) e nas Nota de Reserva 2021/486, 2021/525 e 2021/555 (relacionadas às ações 8651, 8652 e 8353, fonte 0118, elemento de despesa 3.3.90.30), as quais estão rateadas em 65% no 1G, 9% no 2G e 26% no Apoio Indireto.

3.6. DOS PRAZOS

3.6.1. Prazos de entrega dos bens/execução dos serviços

O prazo para emissão dos certificados Cert-JUS e e-CPF na mídia criptográfica deverá ser durante a realização da visita para validação e emissão de certificados ou quando do agendamento na empresa para coleta de assinaturas e validação de documentos (forma tradicional). Se utilizada a vídeo conferência para validação de documentos, a aprovação do certificado para posterior emissão deverá ser de no máximo um dia útil. A liberação do voucher/pedido para iniciar os processos mencionado deverá ser de no máximo 2 (dois) dias úteis após o envio do empenho à contratada.

O prazo de emissão do Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ) deverá ser de no máximo 1 (um) dia útil após a validação presencial ou por vídeo conferência e a liberação do voucher/pedido para iniciar o processo mencionado deverá ser de no máximo 2 (dois) dias úteis após o envio do empenho à contratada.

O prazo de aprovação/emissão do Certificado digital Intranet SSL Wildcard deverá ser de no máximo 1 (um) dia útil após a validação e a liberação do voucher/pedido para iniciar o processo mencionado deverá ser de no máximo 2 (dois) dias úteis após o envio do empenho à contratada.

O prazo para a realização da visita para validação e emissão de certificados digitais deverá ser de no máximo 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do pedido de visita.

O prazo de fornecimento das mídias criptográficas deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis, após o envio do empenho à contratada.

3.6.2. Prazo de vigência

A ARP terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

3.6.3. Prazo de garantia dos bens e/ou serviços

O prazo de garantia entrará em vigor a partir da data de emissão do certificado e terá o tempo de duração da validade de cada tipo de certificado.

A mídia criptográfica do tipo token deve possuir garantia mínima de 3 (três) anos, contados a partir da data de emissão do certificado.

3.7. RELAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO

Integrante Demandante Nome: ARILSON GALDINO DA SILVA Matrícula: 183318 Telefone: 3289-7181 E-mail: arilson.silva@tjpa.jus.br	Integrante Técnico Nome: DANIEL AZEVEDO FERREIRA Matrícula: 116394 Telefone: (91) 3289-7177 E-mail: daniel.ferreira@tjpa.jus.br	Integrante Administrativo Nome: Matrícula: Telefone: E-mail:
--	---	--



3.8. RELAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Gestor do Contrato	Fiscal Demandante	Fiscal Técnico
Nome: DANIEL AZEVEDO FERREIRA	Nome: ARILSON GALDINO DA SILVA	Nome:
Matrícula: 116394	Matrícula: 183318	Matrícula:
Telefone: 3289-7177	Telefone: 3289-7181	Telefone:
E-mail: daniel.ferreira@tjpa.jus.br	E-mail: arilson.silva@tjpa.jus.br	E-mail:

3.9. DECLARAÇÃO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O registro de preços é plenamente viável com base nos elementos descritos acima, deste estudo preliminar.

Belém, 30 de junho de 2021

(ASSINATURA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO)